

OS PREDICADOS EXISTENCIAIS DO GUAJÁ

MARINA MARIA SILVA MAGALHÃES*

RESUMO

Neste artigo pretende-se apresentar evidências da não existência de sujeito nas orações existenciais da língua Guajá (família Tupí-Guaraní) e defender a hipótese de que tal característica pode ser estendida às demais línguas da família. A interpretação sobre o *status* sintático da marcação de pessoa, nos predicados existenciais do Guajá, é a chave para fundamentar essa hipótese.

PALAVRAS-CHAVE: Guajá, Tupí-Guaraní, predicados existenciais.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar evidências da não existência de sujeito nas orações existenciais da língua Guajá (família Tupí-Guaraní) e defender a hipótese de que tal característica pode ser estendida às demais línguas da família.

Para tanto, serão apresentados primeiramente os tipos de predicados existentes na língua, enfocando a diferença entre os predicados existenciais e os demais tipos de predicados no que se refere, especialmente, à interpretação do *status* sintático do argumento interno. Em seguida, serão descritas interpretações de diferentes autores para o que analisamos aqui como predicado existencial. Logo após, será apresentada a evidência morfossintática que embasa a hipótese da não existência de sujeito no Guajá e, por fim, depois de sugerir novas interpretações às análises realizadas pelos autores citados que discutem o fenômeno em outras línguas Tupí-Guaraní, a interpretação sobre o *status* sintático da marcação de pessoa, nos predicados existenciais do Guajá, será estendida para toda a família linguística.

* Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
E-mail: marinamsmag@gmail.com

1 OS DIFERENTES TIPOS DE PREDICADOS DO GUAJÁ E SUA MARCAÇÃO DE PESSOA

No Guajá, uma língua do subgrupo VIII da família Tupí-Guaraní, falada por cerca de 420 indivíduos que habitam quatro aldeias no noroeste do Maranhão, há diferentes tipos de predicados que se distinguem uns dos outros quanto à classe de palavra que ocorre como núcleo (verbo, nome ou expressão adverbial) e, ainda, quanto às suas características morfossintáticas (ocorrência com diferentes paradigmas de marcação de pessoa e interpretação sintática diferenciada da mesma marca de pessoa).

Entre os predicados que têm verbos como núcleo, os predicados verbais, há os transitivos e os intransitivos. Como há apenas uma posição para a marca de pessoa, o primeiro admite, de maneira exclusiva, dois paradigmas de pessoa – séries I e II (Tabela 1) – enquanto o segundo admite apenas um. Entre os que admitem só um paradigma, isto é, os predicados verbais intransitivos, há uma subdivisão: aqueles que admitem apenas o paradigma pessoal da série I e aqueles que admitem apenas o paradigma pessoal da série II. Essa subdivisão caracteriza tais predicados como eventivos e estativos, respectivamente, estabelecendo na língua uma cisão da intransitividade.

O paradigma de marcadores pessoais da série I é formado por prefixos pessoais enquanto o da série II é formado por pronomes clíticos relacionados formalmente ao núcleo do predicado por meio de prefixos que marcam a adjacência entre o núcleo e o seu determinante (ver Tabela 1).

Nos predicados transitivos, que admitem, de maneira exclusiva, os dois paradigmas pessoais, a seleção do participante que ocupará a única posição disponível para a marca de pessoa depende da hierarquia referencial vigente na língua. Quando A é marcado nos verbos transitivos, a pessoa é identificada pelos marcadores da série I, como em (1). Quando O é marcado nos verbos transitivos, a pessoa é identificada pelos marcadores da série II, como em (2).¹

Expressão do ‘agente’ nos predicados transitivos: série I²

(1) <*a-pyhy*>

1.I-pegar

‘Eu o peguei.’

Expressão do ‘paciente’ nos predicados transitivos: série II

- (2) <ha =Ø-pyhy> 1.II=R-pegar
‘(Ele/você) me pegou / me pegue!’

Nos predicados intransitivos, a ocorrência com a série I ou II da marcação de pessoa caracteriza a subdivisão lexical da classe em eventivos (3) e estativos (4), respectivamente.

Expressão do argumento único: série I

- (3) <a-wyhy>
1.I-correr
‘(Eu) corri.’

Expressão do argumento único: série II

- (4) <ha = r-ahy>
1.II=R-estar.doente
‘Eu estou doente.’

Entre os predicados não verbais há os locativos, que têm como núcleo uma expressão adverbial (5), e os nominais, subdivididos em existenciais (6) e equativo-inclusivos (7).

O núcleo do predicado é a expressão adverbial

- (5) [[jāwar]_N-a]_{SN} <ka’a-pe>_{SLOC}
onça-N mato-LOC
‘A onça está no mato.’

O núcleo do predicado é o nome

- (6) <jāwa>_{SNPRED} (ka’a-pe)
onça mato-LOC
‘Tem onça (no mato).’

Tanto arg.ext. como núcl. do predicado são nomes

- (7) [[jāwar]_N-a]_{SN} <[ha=n-ima-Ø]_{SNPRED}>
onça-N 1.II=R-animal.de.estimação-N
‘A onça é (o/um dos) meu(s) animal(is) de estimação.’

TABELA 1- MARCADORES PESSOAIS ³

Série I	
a-	1SG
ari-	2SG
Ø-	3
xi-	1PL.INCL.
ari-	1PL.EXCL.
pi-	2PL

Série II	
ha=	1SG
ni=	2SG
i-	3
are=	1PL
pĩ=	2PL

TABELA 2 - TIPOS DE PREDICADOS

Predicados verbais		Predicados não verbais	
Transitivos	séries I e II	Locativos	não levam marca de pessoa
Intransitivos eventivos	série I	Equativo-inclusivos	série II (se núcleo divalente) não levam marca de pessoa (se núcleo monovalente)
Intransitivos estativos	série II	Existenciais	série II (se núcleo divalente) não levam marca de pessoa (se núcleo monovalente)

Como pode ser observado, em Guajá, todo nome pode ser o núcleo de um predicado, sem precisar de nenhum elemento verbal comparável a uma cópula. Com relação aos predicados nominais, objeto central de análise deste trabalho, podem figurar como núcleo destes nomes monovalentes ou divalentes,⁴ isto é, nomes que apresentam apenas um argumento externo, como em (8), e nomes que apresentam dois argumentos, um interno e outro externo, como em (9):

Predicado equativo-inclusivo com núcleo monovalente

- (8) [[*Jamakwarer*]-a] <*kwaxi-a*>
 Jamakware-N quati-N
 ‘Jamakwarera é um quati’ (porque tem muitos filhos).

Predicado equativo-inclusivo com núcleo divalente

- (9) [[*Jamakwarer*]-a] <*i-men-a*>
 Jamakware-N 3.II-marido-N
 ‘Jamakwarera é o marido dela.’

Em (8), o núcleo lexical do predicado é um nome monovalente *kwaxi-a* ‘quati’ e *Jamakwarera* é seu argumento único. Em (9), o núcleo lexical do predicado equativo-inclusivo é um nome divalente *-men* ‘marido’, sendo *Jamakwarera* seu argumento externo, expresso por meio de um SN (também é possível a expressão do argumento externo por meio de um pronome independente), e o seu argumento interno sendo obrigatoriamente expresso por meio de um marcador pessoal da série II. Dessa maneira, os predicados nominais são divalentes, isto é, têm argumento externo e interno, sendo seu argumento interno diferente do objeto de um verbo por estar dentro do sintagma nominal. Os exemplos (8) e (9) ilustram predicados nominais equativo-inclusivos, assim denominados por expressarem uma equação entre dois Sintagmas Nominais (SN), com um deles exercendo a função de argumento e o outro a de núcleo do predicado (seja ele monovalente ou divalente).

No caso do Guajá, não há diferença entre um predicado nominal equativo e outro inclusivo, diferença esta estabelecida, por exemplo, na língua Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 161-162), em que o predicado equativo (sempre marcado pelo sufixo *-a*) *je=tutyra morerekwar-a* ‘meu tio é o chefe’, se diferencia do predicado inclusivo (sem o sufixo *-a*) *je=tutyra morerekwat* ‘meu tio é (um) chefe’, por promover uma interpretação estritamente equativa, identificando o argumento com o predicado, enquanto o predicado inclusivo promove uma interpretação inclusiva, em que o argumento é parte integrante da classe designada pelo predicado nominal. O núcleo nominal dos predicados equativo-inclusivos do Guajá ocorre sempre marcado pelo sufixo *-a*, referenciante,⁵ e pode promover uma interpretação equativa ou uma interpretação inclusiva.

Os predicados nominais existenciais, por sua vez, têm a função de predicar a existência de uma entidade (e não relacionar um predicado a um argumento) e a hipótese a ser defendida aqui é a de que tais predicados caracterizam-se por constituir um todo fechado, sem argumento externo, seja seu núcleo um nome monovalente ou divalente.

Predicado existencial com núcleo monovalente

(10) <[*tapi'i*]_{SNPRED}> (*ka'a-pe*)

anta mato-LOC

‘Tem anta (no mato).’ (lit.: anta (existe) (no mato)).

Predicado existencial com núcleo divalente

(11) <[*ha=r-a'y*]_{SNPRED}> (*jaha*)

1.II=R-filho eu

‘Eu tenho filho.’ (lit.: meu filho (existe)).

Em (10), *tapi'i* ‘em anta’ é o núcleo lexical monovalente que, por figurar como núcleo de predicado existencial, perdeu a capacidade de ter um argumento externo. O mesmo ocorre em (11), em que *ha=r-a'y* ‘eu tenho filho’ é o núcleo nominal divalente que perdeu a capacidade de ter um argumento externo por figurar como núcleo de um predicado existencial. Seu argumento interno, por sua vez, é obrigatoriamente expresso por meio dos marcadores pessoais da série II. O pronome independente *jaha* ‘eu’ é um adjunto e, portanto, é opcional e não exerce a função de argumento do núcleo do predicado existencial.

Para defender a hipótese de que os predicados existenciais caracterizam-se por constituir um todo fechado, sem argumento externo, serão apresentadas, na seção 3, evidências da inexistência de sujeito nas construções existenciais do Guajá.

De acordo com Payne (1997), as construções existenciais apresentam características particulares nas línguas do mundo, tais como:

- a. requerem tipicamente um adjunto locativo ou temporal;
- b. têm uma função tipicamente apresentativa, isto é, introduzem participantes no discurso, uma vez que os elementos nominais das orações existenciais são quase sempre indefinidos;
- c. inexistem, em geral, ou são reduzidas as evidências de relações gramaticais nas construções existenciais (como marca de caso, concordância verbal etc.);
- d. compartilham comumente traços com predicados nominais (ex. cópula);
- e. têm, muitas vezes, estratégias especiais de negação (ex. um verbo que signifique *to lack* ‘inexistir’, como no turco e no russo).

Dentre as características listadas por Payne (1997), ressalta-se aquela em que o autor afirma que as construções existenciais têm

reduzidas evidências de relações gramaticais. Um forte indício de que são reduzidas as relações gramaticais nos predicados existenciais seria, de acordo com a hipótese aqui proposta, o fato de não haver sujeito nessas construções.

Os exemplos (10) e (11) acima, repetidos como (12) e (13) a seguir, ilustram construções existenciais do Guajá, constituídas por nomes monovalentes e divalentes, respectivamente:

(12) <[*tapi'i*]_{SNPRED}> (*ka'a-pe*)
 anta mato-LOC
 'Tem anta (no mato).' (lit.: anta (existe) (no mato)).

(13) <[*ha=r-a'y*]_{SNPRED}> (*jaha*)
 1.II=R-filho eu
 'Eu tenho filho.' (lit.: meu filho (existe)).

Em um SN constituído por um nome divalente e seu argumento interno, conforme o exemplo (13), tal argumento expresso pelos marcadores da série II não estabelece relação com nenhum elemento fora do sintagma; esse conjunto fica desligado de todo participante externo.⁶ O pronome independente *jaha* 'eu', do exemplo (13), não se trata do sujeito do nome divalente *-a'y* 'filho', como será evidenciado mais abaixo, e a marca de pessoa *ha* é o argumento interno do nome divalente, expresso de forma obrigatória.

Para entender as razões pelas quais sustenta-se a hipótese da inexistência de sujeito nas orações existenciais em Guajá, faz-se necessário, primeiramente, apresentar a diferença entre o sintagma genitivo e o predicado existencial com núcleo nominal divalente.

Os exemplos (14) ilustram sintagmas nominais genitivos da língua, em que o nome divalente *-apihija(r)* 'irmão' é o núcleo lexical divalente do sintagma e seu argumento interno é expresso obrigatoriamente ou sob a forma de um SN, relacionado formalmente ao núcleo por meio de uma marca de adjacência *r-* (14a), ou sob a forma de um marcador pessoal da série II, que também é relacionado formalmente ao núcleo por meio da mesma marca de adjacência. O sintagma nominal é marcado com um sufixo *-a* (sufixo nominal referenciante) que indica que a expressão é uma entidade capaz de referir. O SN lexical *Itaxãa* do exemplo (14b) é

opcional, pois está fora do SN genitivo. Não deve ser interpretado como um argumento, já que sua posição não é fixa, podendo ocorrer antes ou depois do SN genitivo.⁷

(14) a. $[[[Itaxĩ]_{SN} \quad r-apihijar_N]-a]_{SN}$
 Itaxĩ R-irmão-N
 ‘O irmão do Itaxĩ.’

(14) b. $(Itaxĩ-a), \quad [[h-apihijar_N]-a]_{SN}$,
 Itaxĩ-N 3.II-irmão-N
 ‘Itaxĩ, o irmão dele.’

Os exemplos (15), que ilustram predicados existenciais, diferem formalmente dos exemplos (14) pelo fato de o mesmo nome divalente figurar como núcleo lexical de um predicado, cujo argumento interno é expresso necessariamente pelos marcadores pessoais da série II, nunca por meio de um argumento lexical. O núcleo nominal do predicado, por sua vez, não ocorre com o sufixo *-a*. Opcionalmente há um SN lexical, que pode coocorrer com a marca pessoal. Tal SN, como *Itaxĩa*, em (15a), não deve ser interpretado como sujeito do predicado, mas como um sintagma nominal externo, não obrigatório, um adjunto.

(15) a. $(Itaxĩ-a) \quad <[h-apihija]_{SPRED}>$
 Itaxĩ-N 3.I-irmão
 ‘Itaxĩ tem irmão.’ (lit.: Itaxĩ, irmão dele (existe)).

(15) b. $<[ha=r-apihija]_{SPRED}> \quad (jaha)$
 1.II=R-irmão eu
 ‘Eu tenho irmão.’

2 DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DE PREDICADOS EXISTENCIAIS EM LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ

Estruturas oracionais como as representadas pelos exemplos (11), (13) e (15), que aqui são analisadas como existenciais, foram interpretadas de diferentes maneiras na literatura sobre as línguas Tupí-Guaraní.

Dietrich (2001) afirma que “os verdadeiros predicados nominais todos são ‘inagentivos’: se enuncia a existência de um objeto concreto, de uma ideia abstrata ou de uma qualidade que se pode referir a uma pessoa gramatical, *mas esta não é o sujeito da oração*, mas o centro (em inglês *head*) de uma determinação nominal” (p. 32; grifo meu).

(16) *che* *che-kane’õ* (Guarani paraguaio)
 1sg[existe] 1sg-cansaço
 ‘Existiu cansaço com respeito a mim.’

(17) *hae* *iwirapa* (Chiriguano)
 Ele [existe] arco.
 ‘Existe arco dele com respeito a ele.’

Assim, segundo o autor, nas línguas Tupí-Guaraní, o elemento possuído – *-kane’õ*, em (16), e *iwirapa* em (17) – seria um sintagma possessivo, ao passo que o elemento possuidor – *che*, em (16), e *hae* em (17) – não teria o estatuto de sujeito oracional.

Rodrigues (2001, p. 111), por sua vez, apresenta os “predicados possessivos” do Tupinambá como um caso particular de predicado existencial descrevendo-os como a “sequência de um nome no caso argumentativo, o qual é o sujeito, e outro nome sem caso, o qual é o predicado”.

(18) *paje-Ø* *i-posañ*
 pajé-A RNC-remédio
 ‘O pajé tem remédios.’

Segundo a interpretação de Rodrigues (2001), “os nomes predicados flexionam-se para determinante afastado, não contíguo. Isto se deve ao fato de que tais nomes não estão no mesmo constituinte que os núcleos dos predicados: ainda que superficialmente pareçam contíguos, estão separados por uma fronteira estrutural.” Tal situação seria, de acordo com o autor, diferente daquela em que figuram os pronomes “determinativos”. Nesse caso, “estes integram o predicado e, por isso, após eles os predicados possessivos apresentam o relacional de contiguidade”:

- (19) *ore* \emptyset -*posaj*
 1PL RC-remédio
 ‘Temos remédios.’

Enfim, o autor defende o conceito de que os nomes, assim como os pronomes independentes e os demonstrativos que ocorrem com os predicados existenciais do Tupinambá, constituem sujeitos sintáticos, enquanto os pronomes determinativos, associados ao núcleo dos predicados por meio do prefixo relacional de contiguidade, seriam parte do predicado.

Vieira (2001, p. 70-71) denomina os predicados existenciais de “sentenças possessivas” e apresenta uma evidência sintática para defender o estatuto de sujeito do sintagma possuidor na língua Mbyá-Guarani: o sintagma “possuidor pode atuar como antecedente para o reflexivo, indicando, assim, que ele funciona sintaticamente como sujeito”:

- (20) *a'e_i* *i-pirapire* *o_i-po-pe*
 ele 3-dinheiro 3REFL.-mão-em
 ‘Ele_i tem dinheiro em suas próprias_i mãos.’

Com a intenção de explicar as “propriedades verbais e nominais das sentenças possessivas do Mbyá-Guarani”, a autora sugere que tais sentenças possuem “um morfema transitivizador abstrato \emptyset que introduz como complemento um sintagma verbal vazio e um sintagma possessivo.” A estrutura possessiva seria, então, “derivada por meio da incorporação do núcleo do sintagma possessivo para o núcleo verbal vazio”.

Pode-se interpretar, nesse caso, que o que a autora define como “reflexivo” seria de fato uma marca de posse e, como tal, não precisa ter de forma obrigatória como antecedente um sujeito (a menos que seja demonstrado que o antecedente de um possessivo deve ser necessariamente um sujeito).

3 A HIPÓTESE DA INEXISTÊNCIA DE SUJEITO NOS PREDICADOS EXISTENCIAIS DO GUAJÁ

A análise dos predicados existenciais no Guajá permite que sejam apresentadas razões plausíveis para se sustentar a hipótese da inexistência de sujeito, seguindo, em parte, a linha defendida por Dietrich (2001). No entanto, apesar da semelhança morfológica atestada nos exemplos abaixo, considera-se, diferentemente do autor, que há diferenças entre as construções existenciais (ex. 22), que têm nomes como núcleo, e os predicados estativos (ex. 21), que têm verbos estativos como núcleo, conforme será evidenciado a seguir.⁸

- (21) <ha=r-ahy> (jaha)
1.II=R-estar.doente eu
'Eu estou doente.'
- (22) <[ha=r-a'y]> (jaha)
1.II=R-filho eu
'Eu tenho filho.' (lit.: meu filho (existe)).

Em (21), o verbo estativo monovalente figura como núcleo de um predicado verbal e só tem um argumento, expresso internamente por meio dos marcadores de pessoa da série II. O pronome independente *jaha* 'eu', opcional, constitui um reforço do referente, um *afterthought*, mas não integra o sintagma verbal. O verdadeiro argumento único do verbo é o pronome clítico *ha*.

Em (22), o nome divalente figura como núcleo de um predicado existencial e expressa seu argumento interno por meio dos mesmos marcadores de pessoa da série II. No entanto, apesar de ser um nome divalente, perde sua capacidade de expressar o argumento externo por integrar um predicado existencial. Assim, o pronome independente *jaha* 'eu', também opcional, não é o sujeito do predicado, isto é, não exerce a função de argumento externo do núcleo nominal divalente. Ele é apenas um referente do argumento interno, que está fora do sintagma nominal predicativo, um *afterthought*.

A diferença principal entre (21) e (22) está nos *status* sintático dos marcadores de pessoas da série II. No primeiro, o pronome clítico *ha*

exerce a função de sujeito (é o argumento único, interno, de um verbo intransitivo estativo); no segundo, o mesmo pronome exerce a função de argumento interno do nome divalente, não sendo possível interpretar como sujeito nem o pronome clítico, nem o pronome independente, como pretendemos demonstrar na seção seguinte.

Neste ponto, após se propor a inexistência de sujeito nos predicados existenciais do Guajá, será apresentada a evidência morfossintática que justificará a hipótese aqui proposta: nesta língua, neste tipo de oração, é impossível a ocorrência de determinadas partículas que tendem a se referir ao argumento sujeito das orações.

Há, em Guajá, expressões que denotam quantificação, que não são SNs, por não ocorrerem com morfologia própria de nomes, mas sim partículas. É o caso da partícula final *wỹ*, de posição fixa em final de oração, indicando que o sujeito do predicado é plural, e da partícula *pãj* ‘todos’, de posição mais variável, que indica a totalidade do sujeito.

A incidência semântica de tais partículas recai, em orações intransitivas, sobre o argumento único do predicado e, em orações transitivas, sobre o sujeito, nunca sobre o objeto.

A partícula *wỹ* ocorre com predicados verbais transitivos (24), predicados verbais intransitivos estativos (ex. 25) e eventivos (ex. 26) e predicados nominais equativo-inclusivos (27), sendo agramatical a construção em que ela ocorre com predicados existenciais (ex. 28):

(24) *a'e mukuri r-apo-a Ø-raho jawaruhu Ø-pe wỹ*
 ele bacuri R-raiz-N 3.I-levar onça R-para PLU
 ‘Eles levaram raiz de bacuri para a onça.’

(25) *i-kira wỹ*
 3.II-estar.gordo PLU
 ‘Eles estão gordos.’

(26) *Ø-kere wỹ*
 3.I-dormir PLU
 ‘Eles dormiram.’

(27) *Ø-wata-ma'a wỹ*
 3.II-caçar-NZR PLU
 ‘(Eles) são caçadores.’

- (28) **i-mymy* wỹ
 3.II-filho PLU
 ‘Elas têm filho.’

A partícula *pãj* ‘todos’, que funciona como um quantificador flutuante e como tal, segundo Bobaljik (2001), tende a se referir ao argumento sujeito das orações,⁹ tem como escopo apenas o sujeito e ocorre marcando a totalidade desse argumento em orações verbais transitivas (29), intransitivas ativas (30), intransitivas estativas (31), além de ocorrer com predicados nominais equativo-inclusivos (32), mas não ocorre com predicados existenciais (33):

- (29) *awa-Ø* *pãj* *Ø-xa*
 Awá-N TOT 3.I-ver
 ‘Todos os Awá (o) viram.’

- (30) *a'e* *pãj* *o-ho* *ka'a-p* *awỹ*
 DEM TOT 3.I-ir mato-LOC PLU
 ‘Eles todos foram para o mato.’

- (31) *i-manawahỹ* *pãj* *kamixa-Ø* *anyỹ*
 3.II-ter.vergonha TOT jaboti-N CONJ
 ‘E todos os jabotis ficaram com vergonha.’

- (32) *pi=Ø -tamỹ* *pãj* *ta* *rawỹ*
 23.II=R-chefe TOT FUT SIMIL
 ‘Parece que vocês todos serão chefes.’

- (33) **tapi'i* *pãj* (*ka'a-pe*)
 anta TOT (mato-LOC)
 ‘Todas as antas existem (no mato).’

Assim, quando se tem um quantificador flutuante como *pãj*, em Guajá, isso significa que a oração tem um sujeito. Caso não possa ocorrer a construção com o quantificador flutuante, significa que a oração não tem sujeito.

Note que a agramaticalidade das sentenças (28) e (33) sinaliza que tanto predicados verbais ativos ou estativos, assim como predicados

nominais equativo-inclusivos têm sujeito, por aceitarem a ocorrência com as partícula *wỹ* e *pãj*, enquanto os predicados existenciais não têm.¹⁰

Defende-se aqui que essa impossibilidade de ocorrência da partícula pluralizadora e do quantificador flutuante de totalidade, em predicados existenciais, evidencia a diferença de *status* entre o argumento interno dos verbos estativos, o argumento interno dos nomes divalentes que ocorrem como núcleo de predicados equativo-inclusivos e o argumento interno de predicados existenciais. Nos dois primeiros casos, tal argumento interno tem *status* de sujeito, enquanto no último, não.

Assim, pela impossibilidade de ocorrência com a partícula pluralizadora de sujeito *wỹ* e com a partícula de totalidade *pãj*, os predicados existenciais são analisados como desprovidos de sujeito, tendo os nomes monovalentes ou divalentes perdido a capacidade de expressarem seus argumentos externos por figurarem em uma construção existencial, cuja função é a de predicar a existência de uma entidade e não relacioná-la a um referente.

Mais recentemente, Copin (2012) interpreta o possuidor dos predicados existenciais da língua Wayampí como o sujeito sintático da oração,¹¹ especialmente por estes motivos:

- a. Tais sentenças admitem a presença de uma partícula que indicaria a pluralidade do sujeito, a partícula *kupa* que, no Wayampí, diferentemente do Guajá, ocorre com predicados verbais, mas também com nominais.

(34) *i-memy=pakatu* *kupa*
 3.II-filho.de=totalitativo coletivo.subjetal
 ‘Eles todos têm filhos.’

- b. O possuidor, controlador da referência, como em (35), é interpretado como o sujeito da oração por estar sob o escopo do advérbio de “totalidade globalizante” *pilujĩ* ‘totalmente’:

(35) *i_i-memy* *pilujĩ_i* *kupa*
 3II-filho.de totalmente coletivo.subjetal
 ‘Eles_i todos_i têm filhos.’

A possibilidade de ocorrência, nos predicados existenciais, desse tipo de expressão quantificadora é o argumento utilizado por Copin (2012) para sustentar a hipótese da existência de um argumento sujeito nas orações existenciais.

No entanto, uma possibilidade de reinterpretar a partícula pluralizadora *kupa* do Wayampi, à luz da análise apresentada para o Guajá, seria a de considerar que sua função não é a de indicar a pluralidade do sujeito das orações, mas sim a de um argumento (seja ele sujeito ou não). Assim, caso o predicado seja intransitivo, a partícula se referirá ao seu argumento único; caso o predicado seja transitivo, a partícula estará se referindo especificamente ao argumento sujeito, que é privilegiado, isto é, hierarquicamente superior aos demais argumentos. No caso dos predicados existenciais, como só há o argumento interno, é a ele que a partícula *kupa* se refere, mesmo não sendo ele o sujeito da construção. Essa argumentação pode ser utilizada para corroborar a hipótese da não existência de sujeito nas orações existenciais do Guajá, uma vez que, nessa língua, ao contrário do que ocorre em Wayampi, é impossível a ocorrência desse tipo de expressão quantificadora nos predicados existenciais.

Da mesma maneira, é possível reinterpretar a análise do escopo do advérbio de totalidade como incidindo sobre o único argumento, interno, dos predicados existenciais, e não sobre o sujeito. E também o controlador da referência do pronome possessivo dos dados apresentados por Vieira (2001) como o argumento interno do nome divalente.

A diferença entre a função da partícula pluralizadora $w\tilde{y}$ do Guajá e a partícula pluralizadora *kupa* é a de que esta última é a única maneira de marcar a pluralidade do argumento em Wayampi; em Guajá, há duas maneiras: o pronome clítico de 3ª pessoa plural $w\tilde{y}=$, exclusivo dos nomes, relacionado formalmente ao núcleo nominal por meio da marca de adjacência *r-* e a palavra homônima $w\tilde{y}$, uma partícula de posição fixa no final da oração, cuja função é a de marcar exclusivamente a pluralidade do argumento que exerce a função de sujeito de 3ª pessoa.

Ainda merece investigação aprofundada a relação óbvia entre o pronome clítico de 3ª pessoa plural $w\tilde{y}=$ e a partícula $w\tilde{y}$ para saber como, provavelmente a partir de uma mesma marca, ela apresenta duas maneiras diferentes de expressar a mesma informação gramatical.

CONCLUSÃO

Neste artigo, foi apresentada uma proposta de interpretação do *status* sintático do paradigma de marcação de pessoa, nos predicados existenciais do Guajá, diferente das apresentadas anteriormente para outras línguas da família Tupí-Guaraní. Mais convergente, porém, com a proposta de Dietrich (2001), que defende a inexistência de sujeito nos predicados existenciais, com a diferença de que aqui se propõe que os predicados nominais são um tipo diferente daqueles cujo núcleo é um verbo estativo (estes, para o autor, são substantivos, o que resulta numa interpretação sintática uniforme para os marcadores de pessoa que ocorrem com o que denomino *nomes* e *verbos estativos*).

Tal proposta pode ser estendida à interpretação da sintaxe dos SNs das línguas Tupí-Guaraní ao se considerar que o paradigma de marcação de pessoa da série II, constatado nas línguas dessa família, marcaria a função mais ampla de argumento interno do sintagma, argumento este que adquire *status* de sujeito em predicados estativos e equativo-inclusivos, mas não em predicados existenciais.

Dessa maneira, os marcadores de pessoa que ocorrem com os nomes divalentes, nos predicados existenciais, têm *status* de argumento interno destes, não sendo possível interpretá-los como sujeito.

THE GUAJÁ EXISTENTIAL PREDICATES

ABSTRACT

This study intends to present evidences of non-existence of the subject in existential predicates of the Guaja language (Tupi-Guarani family) and to defend the hypothesis that this characteristic can be extended to the other languages of the family. The interpretation of the syntactic status of the person markers in Guaja existential predicates is the key to substantiate this hypothesis.

KEY WORDS: Guaja, Tupi-Guarani family, existential predicates.

RESUMEN

En este artículo se pretende demostrar la ausencia de una posición de sujeto en las cláusulas existenciales de la lengua Guajá (familia Tupi-Guarani), y sustentar la hipótesis de que esa misma estructura puede ser identificada en las demás lenguas de la familia. La interpretación del estatus sintáctico de la marca de persona en los predicados existenciales es la clave para asentar la hipótesis.

PALABRAS CLAVE: Guaja, familia Tupi-Guarani, predicados existenciales.

Notas

- 1 Os símbolos utilizados para delimitar o papel dos participantes nos exemplos da língua Guajá representam: < > Predicado; [] Sintagma Nominal e () adjunto. As abreviações utilizadas nas glosas do Guajá representam: 1.II - marcador de primeira pessoa do singular da Série I; 1.II - marcador de primeira pessoa do singular da Série II; 23.II - marcador de segunda pessoa do plural da Série II; 3.I - marcador de terceira pessoa da Série I; 3.II - marcador de terceira pessoa do singular da Série II; 33.II - marcador de terceira pessoa do plural da Série II; CONJ - partícula conjuntiva aditiva; DEM - demonstrativo; FUT - futuro; LOC - sufixo locativo; N - sufixo nominal referenciante; NZR - nominalizador; PLU - partícula pluralizadora de sujeito; R - prefixo de adjacência; TOT - partícula quantificadora de totalidade; SIMIL - partícula epistêmica similitiva.
- 2 Aqui, defende-se que no Guajá a marcação de pessoa no núcleo do predicado expressa o argumento desse predicado. O SN ou o pronome independente que pode coocorrer correferencialmente com a marca pessoal que expressa o agente ou paciente é considerado um “adjunto correferencial” (nomenclatura sugerida em comunicação pessoal por Francesc Queixalós).
- 3 Diferentemente dos demais, o marcador de 3ª pessoa da Série II é um prefixo e não um clítico. De qualquer forma, como acontece com os marcadores clíticos de 1ª e 2ª pessoas, o pronome independente ou o SN lexical que pode coocorrer correferencialmente com esse prefixo é um adjunto correferencial, o que é atestado pela sua opcionalidade e pela sua posição livre na sentença. Vale ressaltar que é comum nas línguas do mundo que a terceira pessoa seja marcada diferentemente das demais.

- 4 Aqui, nos inspiramos na interpretação que Queixalós (2001) apresenta para explicar a valência nominal em Katukina. A noção de valência está relacionada à noção de predicado freguiano, isto é, a quantas vagas de argumento uma noção léxica possui (e não à noção de transitividade). Dessa maneira, nomes monovalentes são aqueles que, quando em posição de predicado, apresentam apenas um argumento, externo. Nomes divalentes são aqueles que, quando em posição de predicado, têm argumentos externo e interno. Os nomes divalentes, mesmo quando não ocupam a posição de predicado, expressam obrigatoriamente seu argumento interno (como em *ha = r-aphijar-a Ø-manũ (1.II = r-irmão-N 3.I-morrer)* ‘meu irmão morreu’, em que o nome *ha = r-aphijar-a* é um argumento da oração e, por ser um nome divalente, expressa obrigatoriamente seu argumento interno *ha*, que é assim denominado por ser interno ao Sintagma Nominal). Tal argumento interno não tem *status* de um argumento no nível da oração (de um objeto, por exemplo).
- 5 A denominação do sufixo *-a* como “referrer” é dada em Queixalós (2006) e baseada na hipótese, aqui considerada, de que a sua função é a de permitir que as raízes predicativas às quais se afixam passam a ter a capacidade de referir.
- 6 Givón (2001, p. 261-262) se refere ao elemento nominal das construções existenciais como um sujeito não prototípico, pois não exhibe propriedades típicas de comportamento-e-controle de sujeito (alçamento, complementação e relativização).
- 7 Com os mesmos SNs, poderíamos ainda ter a construção:
- | | |
|-------------------------------|------------------------|
| [[<i>Itaxĩ</i>]- <i>a</i>] | < <i>h-aphijar-a</i> > |
| <i>Itaxĩ</i> -N | 3.II-irmão-N |
- '*Itaxĩ* é o irmão dele.'
- Tal sentença se diferencia da 14b pela obrigatoriedade da presença do SN que funciona como argumento externo, *Itaxĩa*, e pela ausência de pausa entonacional entre o argumento e o predicado. Esta é uma construção equativa-inclusiva, em que o SN genitivo funciona como predicado da oração.
- 8 Para maiores detalhes a respeito da diferença entre predicados existenciais, formados por nomes, e predicados estativos, que têm verbos estativos como núcleo, ver Magalhães (2014) (no prelo).

9 Isso porque, segundo a definição de quantificadores flutuantes, eles seriam gerados dentro do SN que exerce a função de sujeito e de lá seriam lançados, num processo derivativo, para fora deste SN. Na análise aqui proposta, não é enfatizado o processo de derivação em que o quantificador sai do SN de origem, mas interessa, especificamente, a noção de que tais quantificadores estejam diretamente relacionados ao sujeito, e somente ao sujeito, já que é justamente isso que se observa no Guajá. Yoo (2001) afirma que os quantificadores flutuantes em inglês, por exemplo, são orientados para o sujeito, isto é, eles podem ser construídos com o SN sujeito, mas não com o SN objeto.

10 A pluralidade do argumento interno das orações existenciais pode ser expressa, no entanto, por meio de um pronome dependente $w\tilde{y}$. Observe que a partícula pluralizadora $w\tilde{y}$ tem a mesma forma fonológica deste pronome dependente de terceira pessoa plural, exclusivo dos nomes, conforme ilustra o exemplo a seguir, o que nos faz pressupor que ambos têm origem em um mesmo étimo (provavelmente um pronome livre ou um nome).

<i>a'e</i>	<i>rape</i>	<i>w\tilde{y}=n-imiriko</i>	<i>jehe'e</i>
ele	PERFT	33.II=R-esposa	PERFT

‘Eles já têm esposa.’

No entanto, apesar de homônimas, as duas marcas têm diferente distribuição na língua: a partícula pluralizadora $w\tilde{y}$ é uma partícula de posição final de oração enquanto o pronome dependente $w\tilde{y}$ é um pronome pessoal cliticizado ao nome que indica terceira pessoa plural.

Também é possível se expressar na língua a totalidade de um referente. Mas para isso é necessário torná-lo um argumento sujeito que figure em um predicado verbal, como o exemplo a seguir, não sendo possível expressar a totalidade de um nome que figure como núcleo de um predicado existencial.

<i>tapi'ir-a</i>	<i>pāj</i>	<i>Ø-iku</i>	<i>ka'a-pe</i>
anta-N	TOT	3.I-estar	mato-LOC

‘Todas as antas estão no mato.’

11 Note que a análise de Copin (2012) se diferencia da análise de Rodrigues (2001) e Vieira (2001), ambas citadas acima, em virtude do fato de aquele definir como o sujeito a marca pessoal que ocorre no núcleo dos predicados, enquanto estes interpretam os pronomes independentes, demonstrativos e SNs como os verdadeiro sujeitos desse tipo de oração.

REFERÊNCIAS

- BOBALJIK, J. Floating quantifiers: hand with care. In: CHENG, L.; SYSBEMA, R. (Eds.). *The Second Glot International State of the Article Book*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.
- COPIN, F. *Grammaire wayampi*. Tese (Doutorado em Linguística) – Département de Sciences du Langage, Ecole Doctorale 132, Université Paris 7, Denis Diderot, SeDyL – CELIA, Paris, 2012.
- DIETRICH, W. Categorias lexicais nas línguas Tupí-Guaraní (visão comparativa). In: QUEIXALÓS, F. (Ed.). *Dês noms et dès verbes em Tupi-Guarani*. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 23-37.
- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. V. II. Amsterdam: Jonh Benjamins Publishing: 2001. p. 261-262.
- MAGALHÃES, M. M. S. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, 2007.
- _____. *Classes de palavras, tipos de predicados e cisão da intransitividade em Guajá*. 2014. (No prelo).
- PAYNE, T. *Describing morpho-syntax: a guide for field linguists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 123-125.
- QUEIXALÓS, F. Le suffixe référentiant en émérillon. In: QUEIXALÓS, F. (Ed.). *Dês noms et dès verbes em Tupi-Guarani*. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 115-132.
- _____. Posse em Katukina e valência dos nomes. In: RODRIGUES, A.; CABRAL, A. (Orgs.). *Novos estudos sobre línguas indígenas brasileiras*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 177-202.
- _____. The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani. In: LOIS, X.; VAPNARSKY, V. (Eds.). *Root classes and lexical categories in Amerindian languages*. Vienne: Peter Lang, 2006. p. 249-287.
- RODRIGUES, A. D. Sobre a natureza do caso argumentativo. In: QUEIXALÓS, F. (Ed.). *Dês noms et dès verbes em Tupi-Guarani*. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 103-114.
- VIEIRA, M. D. A natureza transitiva das sentenças possessivas em Mbyá-Guarani. In: QUEIXALÓS, F. (Ed.). *Dês noms et dès verbes em Tupi-Guarani*. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 67-86.

SEKI, L. *Gramática do Kamaiurá*. Campinas: Ed. Unicamp, São Paulo/Imprensa Oficial, 2000.

YOO, E.-J. Floating quantifiers and lexical specification of quantifier retrieval. In: T'SOU, B. K.; KWONG, O. O. Y.; LAI, T. B. Y. (Eds.). *Language, information and computation: proceedings of The 15th Pacific Asia Conference: 1- 3 February 2001*. Hong Kong: City University of Hong Kong, 2001. p. 211-222.

Recebido em 11 de junho de 2014

Aceito em 29 de setembro de 2014
